

Vale Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



Vale Energia S.A. - Demonstrações Financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receita de vendas, líquida	
4. Custos de comercialização de energia	
5. Instrumento financeiro - Energia	
6. Caixa e equivalentes de caixa	
7. Contas a receber e fornecedores	
8. Outros tributos	
9. Tributos antecipados sobre o lucro	
10. Processos judiciais	
11. Passivo a descoberto	
12. Partes relacionadas	
13. Classificação dos instrumentos financeiros	
14. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	17



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Vale Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vale Energia S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.



Vale Energia S.A.

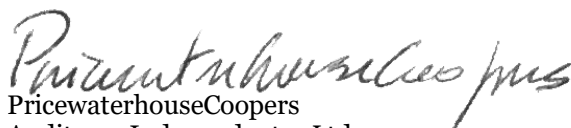
As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita de vendas, líquida	3	716.520	602.635
Custo de comercialização de energia	4	(832.244)	(757.604)
Prejuízo bruto		(115.724)	(154.969)
Despesas operacionais			
Administrativas		(29)	(156)
Outras despesas operacionais, líquidas		(87)	(148)
Instrumentos financeiros - Energia	5	(183.541)	(23.373)
Prejuízo operacional		(299.381)	(178.646)
Receitas financeiras		2.348	1.879
Despesas financeiras		(350)	(295)
Prejuízo do exercício		(297.383)	(177.062)
Quantidade de ações ao final do exercício		21.116.060.000	8.616.060.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Prejuízo do exercício	(297.383)	(177.062)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	(297.383)	(177.062)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(297.383)	(177.062)
Ajustado por:			
Instrumentos financeiros - Energia	5	183.541	23.373
Juros e variações monetárias, líquidas		(387)	(403)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber		(9.268)	29.641
Tributos a recuperar		(24.769)	(9.614)
Fornecedores		6.455	(24.564)
Tributos a recolher		8.666	8.462
Outros ativos e passivos		1	1
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(133.144)	(150.166)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11	127.000	125.000
Aumento de capital e reservas	11	-	50.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		127.000	175.000
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(6.144)	24.834
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.967	10.133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		28.823	34.967
Transações que não envolvem caixa:			
Aumento de capital mediante capitalização de AFAC		125.000	164.600

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.823	34.967
Contas a receber	7	62.776	53.508
Tributos antecipados sobre o lucro	9	3.430	1.354
Tributos a recuperar	8	136	136
		95.165	89.965
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	8	114.731	91.667
Outros		231	208
		114.962	91.875
Total do ativo		210.127	181.840
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	7	76.391	69.936
Tributos a recolher	8	23.599	14.933
Instrumentos financeiros - Energia	5	161.341	27.283
		261.331	112.152
Passivo não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11	127.000	-
Instrumentos financeiros - Energia	5	696.585	647.102
Provisão para processos judiciais	10	165	157
		823.750	647.259
Total do passivo		1.085.081	759.411
Total do passivo a descoberto	11	(874.954)	(577.571)
Total do passivo e passivo a descoberto		210.127	181.840

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto

Em milhares de reais

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Passivo a Descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2020	482.360	134.600	(1.222.469)	(605.509)
Prejuízo do exercício	-	-	(177.062)	(177.062)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	125.000	-	125.000
Aumento de capital	214.600	(134.600)	-	80.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	696.960	125.000	(1.399.531)	(577.571)
Prejuízo do exercício	-	-	(297.383)	(297.383)
Aumento de capital	125.000	(125.000)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	821.960	-	(1.696.914)	(874.954)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vale Energia S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade realiza a comercialização de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo com clientes e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sociedade foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do acionista controlador Vale S.A. ("Vale").

A Sociedade apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.696.914 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.399.531 em 2021), bem como capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto. Sua controladora, Vale, irá prestar o suporte financeiro para a Sociedade com objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses, de modo a permitir que a Sociedade possa cumprir com as suas obrigações contratuais a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 13 de Instrumentos Financeiros. Os eventos subsequentes foram avaliados até 3 de março de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentadas nas notas 5 e 10.

3. Receita de vendas, líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita de comercialização de energia	789.571	664.060
Receita bruta	789.571	664.060
Menos:		
Impostos sobre vendas	(73.051)	(61.425)
Total	716.520	602.635
Partes relacionadas	8.902	38.446
Terceiros	707.618	564.189
Total (*)	716.520	602.635

As transações de receita de vendas com partes relacionadas foram realizadas com a Vale e suas controladas e coligadas.

As receitas da Sociedade são baseadas na comercialização de energia, a fim de atender à acionista Vale, empresas do grupo e terceiros, através de contratos de longo prazo estimados até 2029. Nos contratos constam preços praticados no mercado e toda sobra de energia é disponibilizada para venda e liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(*) Em 2022, o aumento da receita de comercialização de energia foi principalmente em função do preço de venda praticado. O preço médio em 2022 foi de R\$ 226,50/MWh comprado a R\$ 193,45/MWh em 2021, enquanto o volume permaneceu em linha com o ano anterior, sendo 3.163.404 MWh em 2022 e 3.115.133 MWh em 2021.

Política contábil

O reconhecimento de receita na Sociedade é efetuado por meio de contratos de longo prazo de comercialização de energia elétrica. Toda a oferta excedente é liquidada pela Sociedade na CCEE(Câmara de Comércio de Energia Elétrica), considerando o preço de mercado.

4. Custo de comercialização de energia

Os custos de comercialização de energia referem-se, exclusivamente, a contratos de longo prazo com duração até 2029, referente à compra de energia para revenda.

Em 2022 a Sociedade adquiriu a quantidade de 3.147.772 MWh de energia (3.251.799 MWh em 2021). O custo médio em 2022 foi de R\$ 264,46/MWh (R\$ 233,08/MWh em 2021).

Política contábil

O custo de comercialização de energia é reconhecido no momento em que a sociedade realiza a revenda e pelo valor efetivamente pago pela Sociedade, pela compra da energia elétrica, conforme contratos de longo prazo.

5. Instrumentos financeiros - Energia

A Sociedade assinou contratos de longo prazo de compra e venda de energia com vencimentos até 2029. Devido às características da indústria de energia, todo o volume comprado precisa ser vendido aos seus clientes, ou repassada ao mercado por meio da CCEE, onde são efetuadas todas as liquidações de compra e venda de energia, imediatamente após a entrega pelas geradoras de energia.

Pelo fato das liquidações de energia entre o contas a receber e o contas a pagar ocorrerem concomitantemente, e pelo fato de que a Sociedade não utiliza a energia para uso próprio, os contratos foram mensurados a valor justo por meio do resultado. Assim, a Sociedade reconheceu como instrumento financeiro de energia elétrica uma despesa de R\$ 183.541 e de R\$ 23.373 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, havendo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 161.341 (R\$ 27.283 em 31 de dezembro de 2021) no passivo circulante e R\$ 696.585 (R\$ 647.102 em 31 de dezembro de 2021) no passivo não circulante. A variação do valor financeiro dos contratos se deve basicamente à atualização de preços de energia do mercado entre 2022 e 2029.

Em 2022, a Sociedade elaborou fluxo de caixa descontado considerando projeções para as realizações de seus contratos de compra e venda. A taxa utilizada foi de 6 % a.a.(4,75% a.a. em 31 de dezembro de 2021) representando uma estimativa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos considerados no fluxo de caixa.

A Sociedade possui uma exposição energética dos contratos de compra e venda de energia firmados até o ano de 2029, em um total de 3.102.571 MWh.

a) Análise de sensibilidade

A exposição de preços dos contratos de compra e venda de energia é o principal fator de risco que impacta o instrumento financeiro da Vale Energia. Os cenários de sensibilidade apresentados abaixo foram elaborados utilizando referências de mercado da semana 50 do ano de 2022 e consideram variações dos preços de compra e venda de energia:

Sensibilidade	-50%	-25%	Cenário Base	25%	50%
Instrumento Financeiro	(1.017)	(937)	(858)	(778)	(699)
	(1.017)	(937)	(858)	(778)	(699)

Estimativa e julgamento contábil crítico

A Administração aplica julgamento e determina premissas na elaboração desta estimativa. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação. A Sociedade usa seu próprio julgamento para escolher entre os vários métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado, no final do ano. O valor justo destes instrumentos financeiros é calculado através da elaboração do fluxo de caixa descontado, considerando projeções para as realizações de seus contratos de compra e venda. A taxa utilizada representa a estimativa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos considerados no fluxo de caixa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e bancos	6.047	4.766
Aplicações financeiras	22.776	30.201
Total	28.823	34.967

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 refere-se a aplicações de notas compromissadas no montante de R\$ 22.776 (R\$ 30.201 em 2021), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade reconheceu R\$ 1.867 e R\$ 919, respectivamente, como rendimento de aplicações financeiras em receitas financeiras. As demais receitas financeiras de R\$ 481 e R\$ 960 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referem-se basicamente à atualização monetária dos demais ativos e outras receitas.

7. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber		Fornecedores	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Partes relacionadas	567	8.069	-	-
Terceiros	62.209	45.439	76.391	69.936
Total	62.776	53.508	76.391	69.936

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não detinha contas a receber de clientes vencidos há mais de 30 dias.

Política contábil

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para o contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial.

8. Outros tributos

	Tributos a recuperar		Tributos a recolher	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")	-	-	370	4.705
Imposto de renda retido na fonte	19	19	-	-
Impostos e contribuições federais brasileiras (i)	114.731	91.667	23.209	10.228
Outros	117	117	20	-
Total	114.867	91.803	23.599	14.933
Circulante	136	136	23.599	14.933
Não circulante	114.731	91.667	-	-
Total	114.867	91.803	23.599	14.933

(i) Os valores referem-se basicamente a créditos de PIS/COFINS no montante de R\$ 113.947. Adicionalmente a Sociedade possui créditos de IRPJ/CSLL no montante de R\$ 784, aos quais já foram solicitados sua restituição junto à Receita Federal do Brasil.

9. Tributos antecipados sobre o lucro

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos de renda de pessoa jurídica - IRPJ	3.004	1.216
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	426	138
Total	3.430	1.354

10. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, principalmente processos tributários.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui uma provisão de natureza tributária no montante de R\$ 165 (R\$ 157 em 2021), referente a auto de infração de créditos de PIS.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos contingentes totalizavam R\$ 3.761 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2021) e referem-se basicamente à posição incerta decorrente de processos de IRPJ e CSLL.

Depósitos judiciais - Correlacionados aos passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando a diretoria jurídica e seus consultores jurídicos avaliam que: (i) existe uma obrigação presente originada de evento passado, (ii) é provável que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser mensurada. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa

Estimativa e julgamento contábil crítico

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Passivo a descoberto

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 821.960, correspondendo a 21.116.060.000 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. Em 2022, na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de fevereiro, houve aumento de capital no montante de R\$ 125.000, que refere-se ao AFAC de 2021 registrado na DMPL.

Em 2021, nas AGEs de 25 de janeiro e 21 de maio, houve aumento de capital no montante de R\$ 214.600, divididos da seguinte forma: R\$ 134.600 refere-se ao AFAC de 2020 registrado na DMPL, R\$ 30.000 ao AFAC de 2020 registrado no passivo e R\$ 50.000 refere-se à aumento de capital de 2021.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) - Refere-se à contribuição de recursos feita pelo acionista Vale. Os recursos têm como objetivo o futuro aumento de capital da Sociedade, por meios de deliberação de Assembleia Geral Ordinária - AGO/Assembleia Geral Extraordinária - AGE. Em 2022, a controladora Vale aportou em sua controlada um montante de R\$ 127.000 (R\$ 125.000 em 2021) para adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

Política contábil

AFAC são contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade, e são classificados no Patrimônio Líquido a partir do momento em que houver deliberação e aprovado em Assembleia Geral pela Vale Energia.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de AFAC foram classificados no Passivo, onde serão reclassificados e capitalizados no Patrimônio Líquido, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral, nos exercícios subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de AFAC classificados no Patrimônio Líquido foram deliberados nos exercícios subsequentes, por isso não houve a capitalização dos valores.

12. Partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo circulante			
Contas a receber com partes relacionadas	7		
Vale S.A.		567	5.375
Aliança Geração de Energia S.A.(i)		-	2.455
Outros		-	239
		567	8.069
Passivo não circulante			
AFAC - adiantamento para futuro aumento de capital			
Vale S.A.(nota 11b)		127.000	-
		127.000	-

(i) Variação refere-se ao término de contrato de venda de energia para a Aliança Geração de Energia S.A.

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

Em 2021, a controladora Vale S.A aportou em sua controlada um montante de R\$ 125.000 (R\$ 153.000 em 2020) para adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

O saldo de R\$ 125.000 referente ao adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral da Sociedade e existe um número fixo de ações a ser convertida, logo o saldo foi classificado no Patrimônio Líquido.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Receita bruta		
Receita de venda energia		
Vale S.A.	9.809	11.847
Aliança Geração de Energia S.A.(i)	-	28.214
Outros	-	231
	9.809	40.292

(i) Variação refere-se ao término de contrato de venda de energia para a Aliança Geração de Energia S.A.

Política contábil

AFAC são contribuições de recursos realizados pelos acionistas da Sociedade e classificados como instrumentos financeiros até que aumento de capital seja deliberado e aprovado em Assembleia Geral.

13. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado		Mensurado a valor justo por meio do resultado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalente de caixa	28.823	34.967	-	-
Contas a receber	62.776	53.508	-	-
Total dos ativos financeiros	91.599	88.475	-	-
Fornecedores	76.391	69.936	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	127.000	-	-	-
Instrumentos financeiros - Energia (i)	-	-	857.926	674.385
Total de passivos financeiros	203.391	69.936	857.926	674.385

(i) Os instrumentos financeiros de energia são classificados como valor justo de nível 2.

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

14. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Ludmila Lopes Nascimento Brasil
Diretora-Presidente

Alexandre Gomes Pereira
Diretor

Juliana Martins das Chagas Pires
Diretora

Responsáveis Técnicos

Flavio Ferreira
Contador
CRC-RJ 085525/O-0

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria